



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

033665/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acaoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: e66bd155-e5a9-435b-80cc-70667001de96

AUTUADO EM	Quinta-feira, 31 de Outubro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	LEONARDO GABRIG PEIXOTO
INTERESSADO (S)	
M4 PRODUCOES E SERVICOS LTDA	

RESUMO

RECURSO M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - PA 4.980/2024 - PE 90.119/2024 -

DATA:31/10/2024

**M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

À Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Referente: PE 90.119/2024

NA PESSOA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Referente: PE 90.119/2024

Processo Administrativo nº 4.980/2024

Data da sessão: 27/09/2024 (sexta-feira)

Horário: 10h00 (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

UASG: 985867

Objeto : CONTRATAÇÃO de empresa(s) especializada(s) para o serviço de Montagem de Decoração Natalina para o evento Um Encanto de Natal – O Reino de Noel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

A empresa M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ: 40.192.143/0001-67, sediada na Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640, vem, por intermédio de seu representante legal o Sr SÉRGIO MARCIO DA SILVA RIBEIRO, portador da carteira de identidade nº 093429728 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 020.527.427-78, apresentar TEMPESTIVAMENTE e MOTIVADAMENTE oferecendo comunicação aos participantes e pregoeiro, com base no artigo 183 da Lei 14.133/2021 e inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02, com base ainda no o:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pelos fatos e fundamentos que seguem transcritos abaixo:

Na data de 27/09/2024 exatamente às 10:00:07, foi iniciada sessão que transcorreu dentro da normalidade, porém obteve um número recorrente de desclassificados em razão de erros, inespêriencia e ou até de má fé, como em muitos casos percebemos, não somente neste certame bem como em quase 100% das disputas on line. Sabemos que muitas vezes de fato empresas participam para aprender, outras para ganhar experiência e outras infelizmente para criar "escadinhas".

Discorreremos sobre isso inicialmente como um assunto amplo a ser não só discutido bem como extremamente observado pelos pregoeiros e comissões em geral de todos certames on line, visto que as altas demandas de curiosos ou de pessoas de má fé afetam diretamente o custo, o tempo a

M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

boa execução e a entrega das demandas para a sociedade, causando não só perturbação ao certame licitatório bem como caos social, dependendo da demanda urgente que esteja sendo licitada. Com isso, desabafamos neste RECURSO como forma de protesto a tais comportamentos e como forma de alerta aos profissionais das comissões e aos excelentíssimos senhores pregoeiros e pregoeiras que são insurgidos de uma alta demanda de trabalho que ainda passa pela experiência de uma adequação de nova Lei que não acompanhou o sentimento do tamanho da demanda destes profissionais, que já apuram tantas documentações, bem com precisam apurar "litigancia" ou "licitância" de má fé causada por "improbus litigator" em muitos casos, como já foi dito. Em função disto demonstramos aqui de antemão o nosso apreço, compreensão e total respeito aos profisisonais mencionados com o trabalho baseado na *LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.*) :

Art. 4º - São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Sendo assim, pautaremos aqui na sequência alguns motivos que queremos acreditar que são apenas coincidências, equívocos ou apenas inobservância por parte da empresa, ora tida como vencedora.

A empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, possui algumas questões a serem observadas e gostaríamos de recorrer da decisão que que a habilitou em razão de:

- Solicitação de diligenciamento de documentações apresentadas que são incapazes de oferecer a devida comprovação de capacitação técnica, visto ser o atestado muito sucinto para a complexidade do objeto solicitado, se fazendo necessário o pedido apresentação de nota fiscal para verificação da atividade exercida de fato. Outro ponto de divergência está em datas e assinatura de documentos, e ainda, possível ligação parental da outra empresa participante ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e a empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA.

- Solicitação de esclarecimento a cerca de estar a empresa ora vencedora com documentações técnicas confusas, visto que as NR's solicitadas no edital no item 18 da Qualificação Técnica até o tem 18.6, trata da documentação técnica do técnico que está sendo vinculado a empresa e não dos sócios. Pelo que foi observado por nós as NR's apresentadas são do corpo societário e não do técnico contratado.

- Solicitação de esclarecimento quanto a assinatura do contrato com o técnico ter sido realizada na data de 08/10/2024 às 15:57:28, visto que o certame iniciou em 27/09/2024 exatamente às 10:00:07,

**M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

provando que a empresa habilitou-se e declarou-se habilitada sem de fato ter todas as documentações alegadas como se as tivesse, produzindo-as posteriormente a data da início.


Contrato do Técnico-em Engenharia Civil

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro do Município de Cabo Frio para assinatura do presente contrato e para dirimir eventuais litígios decorrentes deste.

E assim, por estarem de justo acordo, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de idêntico teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, ao fim arroladas.

Data mencionada

Documento assinado digitalmente
 **TITO VIEIRA RODRIGUES**
Data: 08/10/2024 15:57:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TITO VIEIRA RODRIGUES

ENGENHEIRO CIVIL

CREA/RJ 2021101214

AC EMPREENDIMENTOS E
SERVICOS
LTDA:17612636000197

Assinado de forma digital por AC
EMPREENDIMENTOS E SERVICOS
LTDA:17612636000197

A C EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 17.612.636/0001-97

ANA CARLA PEIXOTO GOMES

Sendo assim, de fato o Sr Tito Vieira Rodrigues é um Engenheiro Civil e se adequa às questões necessárias como profissional para execução das atividades, porém, este teria sido Contrato como Técnico em Engenharia Civil somente após o início do certame e a comprovação se faz necessária até a data da licitação, ou então abre-se novo precedente para que as empresas só passem a se adequar de forma imediata a uma possibilidade de ganho de um determinado serviço, fato que tira completamente a lisura do processo licitatório bem como a certeza de ser a empresa licitante especialista ou experiente como solicita o edital.

Por isso, merece a diligência desde documento tanto neste ponto específico da assinatura do contrato bem como da confirmação certificada de que o documento foi devidamente assinado pelo profissional, visto que não há anexa a comprovação da assinatura.

Em mesma direção, está a condição do Técnico em Engenharia Industrial e Segurança do Trabalho o Sr HENRIQUE DAMES CORRÊA DE SÁ, que da mesma forma assinou contrato somente dia 08/10/24, data posterior ao início do certame.



M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021
E-mail: s4mempresa@gmail.com

02 (duas) vias de idêntico teor e forma, na presença ()
testemunhas, ao fim arroladas.

Data mencionada  Documento assinado digitalmente
HENRIQUE DAMES CORREA DE SA
Data: 08/10/2024 17:23:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

HENRIQUE DAMES CORRÊA DE SÁ
ENGENHEIRO
CREA 2007134380

AC EMPREENDIMENTOS
E SERVICOS
LTDA:17612636000197

Assinado de forma digital por AC
EMPREENDIMENTOS E SERVICOS
LTDA:17612636000197

A C EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 17.612.636/0001-97
ANA CARLA PEIXOTO GOMES

Artigo 64 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Outro ponto que nos deixa dúvida é quanto aos serviços executados anteriormente conforme consta em atestado, dúvidas essas que poderão ser sanadas com apresentação de outros documentos que comprovem a execução destes serviços também com os profissionais técnicos devidos. Contratos, notas fiscais, recibos de pagamento e quaisquer outros que a comissão achar necessário. Vejamos, se a empresa apresenta atestados de períodos retroativos, mas os técnicos contratados são de período recente, inclusive após início do certame, sob qual cuidados técnicos foram executados tais

**M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

serviços anteriores? Serão aceitos todos atestados mesmo que estes tenham sido executados sem a supervisão do órgão fiscalizador e sem a assinatura de Técnicos responsáveis?

Discorridas as questões acima, acreditamos que a condição mínima para habilitação de fato da empresa ora vencedora seria um pedido de maiores esclarecimentos com apresentação de documentos em sede de diligência que provem que as questões suscitadas serão superadas nas diligências, fato esse que não merece nenhuma desonra por parte da empresa vencedora, já que a comprovação de dúvidas que estão sendo suscitadas, só darão a esta empresa maior notoriedade e seriedade para execução das atividades trazendo maior transparência, segurança e credibilidade ao certame e a contratação que está sendo realizada pelo Órgão Público.

DAS QUESTÕES SUSCITADAS E EXIGIDAS NO EDITAL:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 - **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.2.1 – **Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.**

18.2.2 - **Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.**

18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.3 **Ser empresa apta a atuar no ramo de Instalação e Manutenção elétrica, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividades Econômica (CNAE)**

18.4 **Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e**

M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II da Resolução nº 336/1989 do CONFEA, válido;

18.5 Comprovação do vínculo do responsável técnico indicado com a empresa licitante;

18.6 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 – Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.

Nota-se que o edital pede no item 18.2.2 que os atestados sejam apresentados em nome da empresa, porém, muito embora os atestados estejam em nome da empresa, temos NR's solicitadas no item 18.6 registradas em nome da Sócia Sra Ana Carla Peixoto Gomes. E TEMOS UM CONTRATO COM ENGENHEIROS ASSINADO EM DATA POSTERIOR AO INÍCIO DO CERTAME, O QUE É INCABÍVEL.

Outro detalhe importante de mencionar é que embora houvesse até o respaldo legal de solicitar comprovação de vínculo em momento posterior a habilitação, como na assinatura do contrato o Edital é claro quando exige esse vínculo na fase de habilitação no item 18.5. Logo, é requisito mais do que suficiente para inabilitação. Evitando assim que a empresa possa a qualquer tempo ficar produzindo provas após o início do certame quando houve possibilidade de ganhar a disputa. Assim consideramos tamanha falta de respeito com todos licitantes que se preparam para respeitar as regras do certame bem como se prepara para oferecer de forma constante um serviço de qualidade e não servir ao órgão público por uma conveniência momentânea de oportunidade criada fora de tempo.

Noutro ponto complexo e controverso e a luz do

Acórdão 29/2024-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES:

A Apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que apresentou, para participar da licitação na Administração Pública Federal (Art. 46 da Lei 8.443/1992).

Acórdão 233/2021-TCU-Plenário; Relator Ministro Raimundo Carreiro

A apresentação de atestado com conteúdo falso configura, por si só, prática de fraude à licitação e enseja declaração de inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal, uma vez que o tipo administrativo previsto no art. 46 da Lei 8.443/1992 consiste em ilícito formal ou de mera conduta, sem a necessidade de concretização do resultado.

**M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com**ativa estruturas****ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.654.965/0001-72, sediada na Avenida Júlia Kubitschek 39 – Edifício Riviera – Cobertura 301 – Centro – Cabo Frio - RJ - 28922-166, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **AC EMPREENDIMENTOSE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.612.636/0001-97, sediada na Rua da Luz, nº 22 – Loja 01 - Braga - Cabo Frio – RJ - 28.908-120, realizou **INSTALAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, REPARO E DESMONTAGEM DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O NATAL DE ARRAIAL DO CABO**, em diversos logradouros no município.

Data do início: 15/12/2023 Data do término: 30/01/2024

A empresa **AC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, registrada sob o CNPJ 17.612.636/0001-97, satisfatoriamente executou todas as suas responsabilidades prestando os serviços mencionados, com eficiência e excelente qualidade, cumprindo

Aqui estamos diante de um fato no mínimo curioso onde um atestado de capacidade técnica bem semelhante ao objeto llicitado é oferecido a empresa ora ganhadora por um dos concorrentes vencedores do certame, que por sua vez em vencendo pelo preço não apresentou as documentações suficientes para vencer o certame.

Outro fato curioso:

ATIVA ESTRUTURAS	
Nome fantasia	ATIVA ESTRUTURAS
Razão Social	AC PEIXOTO GOMES PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - ME
CNPJ	17.612.636/0001-97
Data da abertura	06/02/2013
Status da empresa	Ativa
Natureza jurídica	224-0 - Sociedade Simples Limitada
Endereço	R TREZE DE NOVEMBRO, 113, SALA 3 Bairro CENTRO Cidade Cabo Frio CEP 28.907-080 Telefone: Não disponível

M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

Com uma simples pesquisa na internet conseguimos localizar a empresa ora vencedora AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA com seu antigo nome que coincidentemente já foi ATIVA ESTRUTURAS e já teve sua sede no endereço Rua Treze de Novembro, 113 – Centro – Sala 3 – Cabo Frio/RJ.

Fato esse que comprova-se em um dos seus atestados com o mesmo antigo endereço.





**Prefeitura de
Cabo Frio**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa **A C PEIXOTO GOMES PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.612.636/0001-97, estabelecida na rua Treze de Novembro, nº 113 - sala 03, presta serviço locação de estruturas (tendas, banheiros químicos, palco, sonorização, iluminação, gerador, piso, box truss) para atender eventos na cidade de Cabo Frio, RJ, na empresa COMSERCAF – Companhia de Serviço de Cabo Frio, CNPJ 17.572.121/0001-00.

Registramos, ainda, que a empresa cumpre fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Cabo Frio, 16 de julho de 2015.


José Américo Fonseca Lopes
 Presidente
 José Américo Lopes Fonseca
 Presidente
 16/07/2015

Atenção ao artigo 30, §1º da lei 8666/1993, que tratava sobre o assunto:

Artigo 30, § 1º, I, da Lei 8.666/1993, que trata das regras para fins de comprovação da aptidão técnica, estabelecendo que as empresas interessadas em participar da licitação devem "possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica



M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021

E-mail: s4mempresa@gmail.com

Atualizado no artigo 52, da lei 14.133/2021, que agora trata sobre o assunto:

Art. 52. O concurso a que se refere o § 4º do art. 22 desta Lei deve ser precedido de regulamento próprio, a ser obtido pelos interessados no local indicado no edital.

§ 1º O regulamento deverá indicar:

I – a **qualificação exigida dos participantes**;

II – as diretrizes e a forma de apresentação do trabalho; III – as condições de realização do concurso e os prêmios a serem

Quanto da participação no certame por parte da empresa ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA:

Trecho do chat registrado no dia 02/10/2024 na continuidade do certame:

19/10/2024, 14:48

Compras.gov.br

Senhor licitante está conectado? 14:31:11

O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:00:00 de 02/10/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA, CNPJ 09.654.965/0001-72.

11:00:01

02/10/2024

Sr. Fornecedor ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA, CNPJ 09.654.965/0001-72, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:00:00 do dia 02/10/2024. Justificativa: Solicito a correção da proposta e que sejam encaminhadas planilhas de custos por por serviço em face de diligência e comprovação de exequibilidade do valor. .

11:16:53

<https://pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1429> 11:10:07

Solicito também que seja encaminhada a planilha de custos dos serviços e caso seja necessário está disponibilizado modelo no site do município.

11:10:03

Vamos retificar 11:07:55

Solicitarei a correção da proposta encaminhada. O LOTE 01 tem como base o valor total. 11:06:57

Bom dia. Estamos sim. 11:05:23

Senhor licitante está conectado? 11:04:14

01/10/2024

O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:00:00 de 30/09/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ATIVA

M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021E-mail: s4mempresa@gmail.com

Nota-se que a empresa que anteriormente se mostra interessada em enviar documentos para confirmar sua habilitação, simplesmente abandona o respeitável ato público e a todos participantes sem justificativa plausível.

Ora, tantos fatos curiosos tendem a nos levar pela busca de mais informações vinculadas à realidade.

Além dos fatos que vinculam as empresas, cabe a comissão averiguar se além de curiosidades existe a possibilidade de vínculo de parentesco que possa motivar diversas curiosidades.

DO PEDIDO:

- Que seja realizada diligência nos atestados de capacidade técnica, com a devida comprovação contratual e de notas fiscais relacionados aos serviços mencionados e ao período cronológico satisfatório.
- Que seja esclarecido se os serviços anteriormente atestados foram realizados com as devidas supervisões e assinaturas de técnicos responsáveis. Sendo declarada inabilitada a empresa por falta de quaisquer esclarecimentos e comprovações que se fizerem necessárias.
- Que seja esclarecido pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro e pela respeitável comissão técnica a habilitação da empresa com as NR's registradas em nome do quadro societário e não do quadro técnico da empresa, visto que a capacidade técnica é do técnico e não do Sócio, sendo declarada a empresa inabilitada se assim for melhor avaliado pela comissão e pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro.
- Que seja decretada a assinatura contratual atemporal e declarada a empresa inabilitada por falta de comprovações técnicas devidas.
- Que sejam apuradas as coincidências que vinculam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, para que seja comprovado ou não a existência de grau de parentesco ou proximidade que comprometa a legitimidade do certame.
- Que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

No mais, nos absteremos de discutir maiores jurisprudências e leis neste espaço deixando para fazê-lo em outro momento mais apropriado e se assim for necessário a depender do julgamento do pregoeiro e da comissão, ficando a cargo de buscas por tutela jurídica se ficarem comprovadas questões que agredam a Lei e necessitem de proteção dos nossos direitos em sede jurídica com decisão em foro específico.



M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

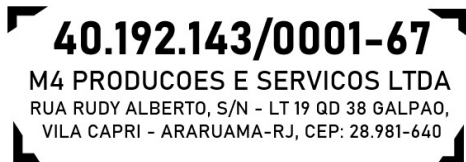
CNPJ: 40.192.143/0001-67

End: Rua Rudy Alberto S/N –Lote 19 Quadra 38 Galpão – Vila Capri –
Araruama/ RJ – Cep: 28.981-640 Tel: (22)2360-0021

E-mail: s4mempresa@gmail.com

Nos colocamos a disposição para esta respeitável comissão e Pregoeiro em exercício.

Sem mais, atentamente.



SÉRGIO MARCIO DA SILVA RIBEIRO
(Sócio/Administrador)
CPF:020.527.427-78

Ederson Macedo da Silva
Especialista em Licitações e Contratos



EM ASSESSORIA E CONSULTORIA – CNPJ: 28.483.472/0001-61



**AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO/RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900119/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.980/2024

AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, já devidamente qualificada, neste ato representada por sua sócia administradora, apresenta **CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAJUDICIAL**, interposto pelas empresas **BMB CONSTRUÇÕES E COMERCIAL DO ANIL LTDA** e **M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pelas razões expostas a seguir:

1. RESUMO DOS FATOS E FUNDAMENTOS PARA AS CONTRARRAZÕES

A recorrida foi a vencedora do pregão eletrônico nº 900119/2024, que tinha em seu objeto a busca de contratação de serviços voltados para a decoração natalina do Município, evento denominado Encanto de Natal – O Reino Noel, vide termo de referência.

Inconformadas com o resultado, as recorrentes buscam a inabilitação da ganhadora, trazendo argumentos que servem apenas de pretexto para interposição de recurso, já que ocupam sétima e oitava posição respectivamente, ou seja, são sucessoras da recorrida em uma possível inabilitação.

A primeira recorrente alega incompatibilidade entre a certidão municipal do ISS apresentada pela ganhadora e o objeto licitado, alegando não



haver compatibilidade do serviço contido na certidão municipal com os serviços do objeto licitado; Que a certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está fora da validade; Que o atestado fornecido pela empresa Ativa Comércios e Estruturas LTDA não possui eficácia pois a empresa participou do mesmo processo de seleção de empresas; Que há divergência na razão social, havendo nome diverso nos documentos do nome aparente no CNPJ; Que o atestado emitido pela empresa Led Pro está fora da validade e que os certificados de norma regulamentadora estão em favor da sócia administradora e não do profissional engenheiro.

Como já foi dito, toda a narrativa foi o caminho utilizado pela 1ª recorrente apenas para tentar afastar a licitante do sucesso alcançado no pregão, mas vamos abordar cada tema detalhadamente.

Sobre a certidão municipal: argumento vazio e que prova o pretexto utilizado para manejo de peça recursal. Primeiro porque a prefeitura no momento de lançar o imposto anual, tem como base a atividade com maior percentual para fins de recolhimento do tributo, por ser mais benéfico para o município, motivo pelo qual o serviço lançado geralmente é o de limpeza.

Esclarece que o CNAE da vencedora tem em seu quadro todos os códigos que a tornam apta para prestar o serviço, de modo que não restam dúvidas quanto à regularidade da empresa para prestar o serviço objeto do presente certame, bastando apenas uma breve leitura do Cartão CNPJ para que fique constatado.

O próximo argumento da 1ª recorrente é quanto a certidão de regularidade do fundo de garantia por tempo de serviços apresentada pela vencedora. Mais uma vez fica clara a intenção apenas de interpor recurso, pois,



a competência de alterar informações e dados cadastrais no sistema é da própria CEF.

Vale destacar que a o que, de fato, identifica a pessoa jurídica é o seu CNPJ, e não sua razão social. Assim, é importante dizer que embora a CEF não tenha realizado a alteração da razão social da empresa, a identificação da certidão se dá simplesmente pela constatação da numeração do CNPJ no referido documento.

É muito estranho o recorrente tentar se valer desse argumento, pois a administração interna e atualização de informações cadastrais da Caixa Econômica Federal é ato que foge das competências da empresa vencedora.

A ganhadora não pode ser impedida de participar de qualquer processo licitatório por ausência de atualização no sistema da Caixa Econômica, argumento este que a 1ª recorrente tenta “empurrar” a esta comissão apenas para lançar dúvidas sobre a validade do documento.

Usar esse argumento, sabendo que as alterações cabem à CEF e que a identificação da empresa se faz pelo CNPJ – e este consta no documento - é uma tentativa sorrateira de causar tumulto ao pregão, com o intuito de lançar dúvidas quanto à regularidade do documento apresentado.

O 1º recorrente falta com a ética e renuncia à moralidade quando interpõe o presente recurso, pois fica muita clara a sua intenção sórdida de derrubar a vitória legal da recorrida, com a intenção de protelar a licitação.

Quanto aos atestados de capacidade técnica: alega que o documento emitido pela empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA, empresa que também concorreu no pregão, não poderia ser apresentado neste certame.



Aqui é muito importante elucidar como funciona a fase de lances durante a disputa pelo objeto, visto que, no momento da disputa, as empresas não possuem qualquer conhecimento sobre os adversários que estão brigando pelo objeto.

Partindo dessa premissa, a vencedora não tinha como prever que a empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS LTDA participaria do processo licitatório, pois, na fase de lance não se tem conhecimento de quem são os concorrentes no pregão.

Contudo, encerrada a fase de lances e iniciando a etapa de seleção de fornecedores, a disputa por empresas que já tenham contratado serviços em momento passado não é fato gerador de nulidade ou impedimento de apresentação do atestado.

Conforme dito, as empresas só tomam conhecimento uma das outras quando encerrada a fase de lances, o que não impede que as empresas tenham prestado serviço para uma concorrente em licitação.

Se assim fosse, deveria haver vedação legal quanto a apresentação de atestados de pessoa jurídica de direito privado. No entanto, como espera-se que a recorrente saiba, a lei permite que os atestados sejam apresentados tanto em nome de pessoa jurídica de direito público, quanto em nome de pessoa jurídica de direito privado.

Quanto ao atestado emitido pela empresa LED PRO, argumenta que o documento estaria fora da validade, o que não faz nenhum sentido, pois não existe no edital qualquer imposição quanto ao prazo de validade do atestado de capacidade técnica, o que mais uma vez demonstra que a empresa recorrida está inventando argumentos para protelar o certame.



Alega ainda que o atestado da Comsercaf não atende ao objeto pretendido, entretanto, o atestado menciona serviços de iluminação demais itens que possuem relação com o objeto licitado, motivo pelo qual a vencedora entendeu por bem juntar ao corpo de atestados apresentados.

De todo modo, o atestado não pode ser um argumento de nulidade que todo conjunto farto apresentado pela recorrida, já que é facultado aos concorrentes apresentar o quantitativo de atestados que desejar para comprovar os serviços prestados.

O mencionado atestado não foi o único acostado a documentação técnica da licitante e não existe qualquer regulamentação no edital que venha a inabilitar a empresa por juntar atestados além do objeto.

Por fim, a primeira recorrente alega que os certificados de NR estão em nome da sócia administradora e não em favor do profissional engenheiro.

Não existe qualquer manifestação no edital quanto as normas regulamentadoras estarem em nome de profissional engenheiro ou integrante do quadro técnico da empresa, o que exige é tão somente apresentação das NRs exigidas. E esta exigência a empresa recorrida cumpriu ao apresentar todas as NRs previstas em edital.

Destaca ainda que o edital prevê a contratação de profissionais engenheiros sob o regime de contratação da prestação de serviços, o que pode ser feito a qualquer tempo, já que a participação no pregão não é garantia de vitória, mas apenas uma mera expectativa de direito.



Diante do exposto e pela ausência de imposição da equipe responsável pelo pregão, as NRs apresentadas em favor da sócia administradora são integralmente válidas e não configuram nenhuma irregularidade passível de inabilitação, motivo pelo qual pede a equipe a permanência da vitória em favor da licitante, negando provimento ao apelo da 1ª recorrente.

Já a 2ª recorrente foi além: insinua uma possível relação de parentesco entre os sócios da empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS e a vencedora, sem fazer qualquer prova dessas alegações.

Argumenta que os contratos foram apresentados com data de assinatura após o início do pregão, isto é, 08 de outubro de 2024, motivo pelo qual entende que a empresa carece de qualificação técnica.

Que a empresa vencedora já utilizou o nome Ativa Comércios e Estruturas como seu nome Fantasia. Alegações sem qualquer cabimento ou prova que ateste a veracidade das suposições lançadas pela 2ª recorrente.

Sobre o contrato assinado após o início do Pregão, não existe qualquer irregularidade, tendo em vista que o edital exige que a documentação seja apresentada no momento da habilitação.

O requisito editalício quanto à apresentação do vínculo com os engenheiros no momento da habilitação a recorrida cumpriu conforme os termos apresentado. Contudo, a 2ª recorrida tenta criar regras que não existem na tentativa de ludibriar o Sr. Pregoeiro e sua comissão.

De todo modo, vamos explicar por qual razão, além de haver, permissão do edital, mas de maneira pratica, o motivo pelo qual é permitida a comprovação do vínculo com os engenheiros – ou seja, a assinatura do contrato de prestação de serviço – até o momento da habilitação:



A participação de um processo licitatório é facultado à diversas empresas que estão dispostas a concorrer ao objeto ora licitado. Partindo dessa premissa, os concorrentes tem mera expectativa de direito, e nenhuma garantia que de fato irá vencer o certame. Por esta razão, despender gastos com contratação de engenheiro em momento anterior à realização do certame se demonstra muito custoso e desgastante financeiramente para as empresas de menor porte.

Uma vez que o edital não prevê a necessidade de um profissional em momento anterior ao certame, cabe às empresas decidirem sobre o momento da contratação. A concentração dos esforços, na realidade, deve estar em se ater aos termos do edital.

Portanto, de acordo com os termos do edital, não há qualquer óbice para os engenheiros terem realizado a assinatura do contrato de prestação de serviço após o início do certame, tendo em vista que o objetivo editalício de demonstrar o vínculo com os responsáveis técnicos até o momento da licitação foi devidamente cumprido.

Caso haja previsão editalícia sobre o cumprimentos dos requisitos em momento anterior à realização do certame, esta exigência deverá estar expressamente vinculada ao edital.

Categoricamente, todos os documentos são acostados na plataforma após o encerramento da fase de lances e início da fase de seleção de fornecedores, não havendo em qualquer edital exigência de envio prévio de documentos.

Se assim fosse o próprio sistema disponibilizaria de recursos adequados para envio de documentação no período de cadastro da proposta. A



mera expectativa de um direito não assegura que o licitante disponha de toda a documentação no ato do cadastro, mas possibilita que ele providencie todos os meios adequados para a ótima execução do serviço caso se torne vencedor.

Na situação narrada, a recorrida ocupou a 6ª posição, não tinha como prever se seria selecionada para envio de documentos ou não.

É bom lembrar que o próprio edital permite que os profissionais podem ser constituídos pelo regime da consolidação das leis do trabalho, contrato de prestação de serviços e outros, de modo que a vencedora cumpriu corretamente com a exigência, sendo garantido o direito de contratar serviços de profissional engenheiro após chamamento, o que afasta as hipóteses de nulidade levantadas pelas recorridas.

O ponto focal da presente discussão deve se ater a um simples ponto: após a convocação para apresentar a documentação de habilitação, a empresa obteve êxito em cumprir os requisitos do edital? E neste ponto focal a empresa recorrida cumpriu todos os requisitos previstos dentro do prazo estabelecido pelo edital e pelo Sr. Pregoeiro.

Quanto as Normas Regulamentadoras em favor da sócia, não há qualquer impedimento no edital, o que permite o cumprimento da exigência, como já discorrido ao longo desta peça.

Sobre as teorias levantadas pela 2ª recorrente de possível relação de parentesco, há que se ressaltar que a empresa recorrente tenta de todo modo apresentar meras especulações, de modo que precisamos ter o olhar para o que de fato é relevante em uma interposição de recurso: garantia do devido processo legal e o direito a ampla defesa e contraditório.



Partindo desses princípios constitucionais tão importantes para o processo administrativo, a interposição de recurso administrativo visa garantir os direitos dos licitantes em processo administrativo, não devendo ser utilizado como meio para especulações e suposições que sequer faz prova.

A atitude da 2ª recorrente, além de fugir da finalidade recursal, foge da ética e moralidade, princípios completamente desconhecidos pela 2ª recorrente.

A via eleita pela 2ª recorrente não pode ser meio para meras especulações, mas não nos custa nada dar uma breve introdução sobre os processos que regem a administração e o entendimento consolidado pela lei vigente.

Cabe deixar claro que não houve qualquer prova das alegações da 2ª recorrente, mas que, ainda que houvesse uma relação de parentesco, não existe vedação legal no ordenamento jurídico.

Quanto ao tema, é extremamente clara a jurisprudência:

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócio sem comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)” (TCU, Acórdão 2803/2016 – Plenário,



Representação, Relator Ministro Substituto André de Carvalho)

“(...) a participação em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco não constitui, só por si, irregularidade (...) a simples presença de sócios em comum não constitui conduta vedada pelo ordenamento jurídico. Tampouco é elemento suficiente para se concluir pela ocorrência de fraude à licitação (...)” (TCE/PE, Acórdão 984/2024 – Segunda Câmara, Processo: 20100162-7, Data da Sessão: 20/06/2024, Relator: Ruy Ricardo Harten)

Portanto, as especulações da 2ª recorrente sequer podem ser consideradas como mérito recursal, primeiro porque são apenas especulações infundadas, e segundo que, ainda que houvesse grau de parentesco, não existe na lei qualquer proibição quanto ao tema.

Destaca ainda que as empresas possuem diferentes sócios administradores e gozam de personalidade jurídica e patrimônio próprio, não havendo qualquer proibição em prestar serviços umas às outras.

Quanto ao nome fantasia já ter sido ATIVA ESTRUTURAS, novamente escolhe a via recursal para ficar especulando, sem trazer qualquer prova concreta ou fundamentação jurídica, somente na tentativa descabida de vincular a AC Gestão, Planejamento e Serviços à Ativa COMERCIO e Estruturas.



Apenas amor ao debate, não existe qualquer irregularidade ou proibição em alterar o nome social, quadro societário, regime de sócios, etc. O 2º recorrente trouxe apenas suposições, sem comprovar qualquer nexo de causalidade, tudo isso como pretexto para interposição de recurso, já que não existe matéria a ser discutida, o que, mais uma vez, demonstra o intuito protelatório do recurso.

De toda sorte, a recorrida, antes de discorrer sobre outra especulação absurda levantada pelo 2º recorrido, gentilmente com uma rápida pesquisa, apresenta algumas das milhares de empresas registradas sob o nome ATIVA, senão vejamos:

**ATIVA MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS E CONSTRUÇOES LTDA**
CNPJ: 23.962.058/0001-11
Razão Social: Ativa Montagem de Estruturas Metalicas e Construcoes Ltda
Construção
São José dos Campos - SP



CNPJ 42.831.194/0001-17	Data de fundação 22/07/2021	Situação Cadastral Ativa
Razão Social GRUPO ATIVA GESTAO CONTABIL LTDA		
Nome Fantasia GRUPO ATIVA GESTAO CONTABIL		

[Saiba o Score](#)

Código e descrição da natureza jurídica 2062 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	Matriz/Filial MATRIZ
Código e descrição da atividade econômica principal 6920-6/01 ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	



ATIVA COMERCIO

CNPJ: 47.879.017/0001-24

Razão Social: Ativa Comercio Ltda

Comércio Atacadista
São Paulo - SP



Saiba o Score



CNPJ

53.365.489/0001-61

Data de fundação

04/01/2024

Situação Cadastral

Ativa

Razão Social

ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA

Nome Fantasia

IMPERIO BANDEIRAS / ORIGINAL BANDEIRAS



Saiba o Score



CNPJ

14.569.026/0001-60

Data de fundação

25/10/2011

Situação Cadastral

Ativa

Razão Social

ATIVA EVENTOS LTDA

Nome Fantasia

ATIVACAO LIVE MKT



Saiba o Score



CNPJ

00.777.967/0001-84

Data de fundação

23/08/1995

Razão Social

ATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Nome Fantasia

-



Informações de Registro

CNPJ: **06.912.749/0001-91 - 06912749000191**

Inscrição Estadual SP: **116.863.120.117**

Razão Social: **Ativa Eventos e Locacao LTDA**

Nome Fantasia: **Ativa Eventos**

Data da Abertura: **21/07/2004 20 anos, 3 meses e 4 dias**

Porte: **Micro Empresa**

Natureza Jurídica: **Sociedade Empresária Limitada**

Opção pelo MEI: **Não**

Opção pelo Simples: **Não**

Data Opção - Exclusão Simples: **01/07/2007 - 30/11/2012**

Capital Social: **R\$ 4.500.000,00**

Tipo: **Matriz**

Situação: **Ativa**

Data Situação Cadastral: **01/01/1970**

É importante destacar que **as empresas acima listas possuem, de fato, o nome ATIVA e todas com CNPJ diferentes, personalidades jurídicas diferentes, sócios diferentes etc.** Seus nomes não lhe vinculam umas às outras.



Estas empresas apresentadas são poucas entre as diversas existentes espalhadas pelo Brasil com o nome Ativa. Por se tratar de nome comum é perfeitamente compreensível a razão pela qual há empresas com nomes semelhantes.

A empresa recorrida, durante seus longos anos no mercado, já alterou sua razão social para Ativa também, assim como diversas outras empresas brasileiras, entretanto isto não lhe relaciona com as demais empresas, de maneira que esta alteração ocorreu há anos atrás.

Isto, inclusive, explica por qual razão consta na página 07 do recurso da M4 a razão social da recorrida como Ativa. Contudo, como anteriormente explicado as empresas prestam serviços entre si e, eventualmente, podem prestar serviços para empresas com nomes semelhantes, conforme demonstrado pela vastidão de empresas com razões sociais semelhantes espalhadas pelo Brasil, devendo ser identificadas por seus CNPJ distintos.

Passada a explicação somente por amor ao debate, novamente trazemos a consciência ao fim que se destina um recurso administrativo: preservar o devido processo legal e assegurar o direito a ampla defesa e contraditório, de modo que a igualdade entre os concorrentes seja preservada.

Utilizar de um meio de defesa tão importante para especular mostra desespero da 2ª recorrente, que por não ter como atacar o mérito recursal, tenta manchar a reputação e imagem da empresa vencedora, tumultuar o processo licitação e trazer confusão ao entendimento do Pregoeiro e de sua equipe, atitude desprezível e até mesmo lamentável, não cabendo provimento face a ausência de mérito recursal.



É facultado a toda e qualquer empresa a prestação de serviços umas as outras e fornecer atestados de capacidade pelos serviços prestados, e caso se tornem concorrentes em determinado momento em um certame licitatório, não pode esta relação empresarial se tornar óbice para disputa do pregão ou tampouco para apresentação de atestado.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, cada empresa possui personalidade jurídica própria e por esse motivo não existe proibição de que estas empresas disponham de seus serviços umas as outras e acabem se tornando concorrentes em uma licitação.

Mais uma vez reafirma que o processo licitatório é mera expectativa de direito e os participantes só possuem conhecimento dos concorrentes quando finalizada a etapa de lances, podendo acontecer de empresas que já tenham prestados serviços umas as outras se tornem concorrentes do mesmo objeto.

Nesse sentido, não há razão para insinuar irregularidades e não tem como penalizar as empresas em disporem de seus serviços umas às outras, já que não existe exclusividade com a administração e os serviços podem ser oferecidos também a empresas privadas dispostas a contratar.

Então, partindo da análise de que é possível haver empresas que em algum momento de sua atuação já contrataram dos serviços dos concorrentes, o argumento de uma possível irregularidade não ataca a matéria recursal por ausência de provas e não faz qualquer relação com a norma jurídica vigente.



Considerando todo o exposto, vem requerer que os recursos sejam negados, tendo em vista a ausência de argumentos válidos que tornem cabível o presente recurso, mantendo a correta habilitação do Sr. Pregoeiro.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cabo Frio, 25 de outubro de 2024.

AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA
ANA CARLA PEIXOTO GOMES



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: ____ FOLHA: ____

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº

90.093/2024.

Processo Licitatório nº: 4.980/2024

Processo Recurso nº: 033.665/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.119/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 40.192.143/0001-67, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 033.665/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 17/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 4.980/2024, a empresa M4



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 12.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que seria necessária a solicitação de diligência acerca de documentações apresentadas pela recorrida que seriam incapazes de oferecer a devida comprovação de capacitação técnica, pois haveria uma possível relação de parentesco entre os sócios da empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS e a AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, os contratos apresentados teriam sido assinados com data posterior ao início do pregão e a vencedora já teria utilizado o nome fantasia ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS anteriormente.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) que seja realizada diligência nos atestados de capacidade técnica, com a devida comprovação contratual e de notas fiscais relacionados aos serviços mencionados e ao período cronológico satisfatório;
- b) que seja esclarecido se os serviços anteriormente atestados foram realizados com as devidas supervisões e assinaturas de técnicos responsáveis, sendo



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

declarada inabilitada a empresa por falta de quaisquer esclarecimentos e comprovações que se fizerem necessárias;

c) que seja esclarecido pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro e pela respeitável comissão técnica a habilitação da empresa com as NRs registradas em nome do quadro societário e não do quadro técnico da empresa, visto que a capacidade técnica é do técnico e não do Sócio, sendo declarada a empresa inabilitada se assim for melhor avaliado pela comissão e pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro;

d) que seja decretada a assinatura contratual atemporal e declarada a empresa inabilitada por falta de comprovações técnicas devidas;

e) que sejam apuradas as coincidências que vinculam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, para que seja comprovado ou não a existência de grau de parentesco ou proximidade que comprometa a legitimidade do certame;

f) que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA alega que:

- a) sobre o contrato assinado após o início do Pregão, não existiria qualquer irregularidade, tendo em vista que o edital exige que a documentação seja apresentada no momento da habilitação;



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

- b) não haveria qualquer óbice para os engenheiros terem realizado a assinatura do contrato de prestação de serviço após o início do certame, tendo em vista que o edital não prevê a necessidade de um profissional em momento anterior ao certame;
- c) quanto às Normas Regulamentadoras em favor da sócia, não haveria qualquer impedimento no edital;
- d) a recorrente não teria apresentado qualquer prova acerca da possível relação de parentesco entre os sócios da ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, e mesmo que houvesse, não existiria vedação legal no ordenamento jurídico quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco;
- e) a recorrida, durante seus longos anos no mercado, já teria alterado sua razão social para ATIVA, assim como diversas outras empresas brasileiras, inexistindo qualquer relação entre elas simplesmente por apresentarem nomes em comum;
- f) seria facultado a toda e qualquer empresa a prestação de serviços umas às outras e fornecimento de atestados de capacidade pelos serviços prestados, e caso se tornassem concorrentes em determinado momento em um certame licitatório, não poderia esta relação empresarial se tornar óbice para disputa do pregão.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida, a comissão de pregão avaliou como satisfatórios, não havendo a necessidade de comprovação contratual e de notas fiscais relacionados aos serviços



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

mencionados. No entanto, caso a Secretaria solicitante ache por bem requerer a diligência, a mesma poderá ser realizada.

No tocante às Normas Regulamentadoras (NR), oportuno ressaltar que tratam-se de disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. Desta forma, a exigência das NRS não pode ser atribuída ao engenheiro, mas a funcionário ou pessoa com vínculo direto com a empresa.

Quanto à assinatura do contrato após o início do Pregão, corroboramos o entendimento da recorrida de que não haveria qualquer irregularidade, tendo em vista o art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe que "será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento". Considerando o que traz a legislação, a documentação deve ser apresentada apenas quando convocada, sendo essa a data a ser respeitada.

Em relação à assinatura do contrato de prestação de serviço dos engenheiros após o início do certame, vejamos o que diz o Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário, resumido nos seguintes termos:

É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

Quanto às suspeitas que vinculariam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, a recorrente não apresentou qualquer prova acerca da possível relação de parentesco entre os sócios da ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, e mesmo que houvesse, inexistia vedação legal no ordenamento jurídico quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, não representando, salvo melhor juízo, ilegalidade a emissão de um atestado de prestação de serviços entre as empresas.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões e contrarrazões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 31 de outubro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O**Processo Administrativo Eletrônico n.: 33.665/2024****Recorrente: M4 Produções e Serviços Ltda.****Recorrida: AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.****Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.119 de 2024 - Processo Licitatório n. 4.980/2024**

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.119 de 2024 - Processo Licitatório n. 4.980/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação de empresa especializada para o serviço de Montagem de Decoração Natalina para o evento Um Encanto de Natal – O Reino de Noel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta Procuradoria-Geral em 01 de novembro de ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma que a recorrida AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. deve ser inabilitada, aduzindo que:

i) a recorrida apresentou documentação que não comprova adequadamente sua capacitação técnica, pois os atestados são considerados muito sucintos para a complexidade do objeto licitado, solicitado que sejam apresentadas notas fiscais para verificar a atividade realizada, bem como que há incertezas sobre a execução de serviços anteriores, já que os atestados apresentados são de períodos retroativos, mas os profissionais contratados são recentes, questionando a supervisão técnica desses serviços;

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

ii) há confusão nas documentações técnicas apresentadas, uma vez que as Normas Regulamentadoras (NRs) exigidas referem-se à qualificação do técnico vinculado à empresa e não dos sócios, mas as NRs apresentadas são dos sócios;

iii) o contrato com o engenheiro responsável foi assinado após o início do certame, indicando que a empresa pode ter se habilitado sem ter todas as documentações necessárias, levantando dúvidas sobre a lisura do processo, pois o edital exige que a documentação de habilitação esteja completa antes do início do certame, e a falta de cumprimento pode levar à inabilitação da empresa;

iv) há coincidências que vinculam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA. e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA., devendo ser apurada a existência de grau de parentesco ou proximidade que comprometa a legitimidade do certame.

Por fim, afirma que a solicitação de esclarecimentos e a apresentação de documentação adicional são essenciais para garantir a transparência e a seriedade no processo licitatório, ressaltando a importância de respeitar as regras estabelecidas para manter a integridade do certame.

I.2. Das Contrarrazões da Recorrida

A recorrida apresentou suas contrarrazões refutando as alegações da recorrente, afirmando que:

i) não há irregularidade na assinatura do contrato de prestação de serviços após o início do certame, uma vez que o edital exige a apresentação da documentação somente no momento da habilitação, tendo sido cumprido este requisito;

ii) a participação em processos licitatórios é facultativa, e as empresas não têm garantia de vitória. Portanto, exigir que contratem profissionais antes do certame seria oneroso e inviável para empresas menores. O edital não exige que a contratação ocorra antes, permitindo que as empresas decidam quando firmar tais vínculos;

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

iii) a empresa comprovou o vínculo com os engenheiros até o momento da habilitação, atendendo aos requisitos editalícios. A falta de exigência de apresentação prévia de documentos, conforme a dinâmica do certame, não pode ser motivo para invalidar a habilitação;

iv) em relação às Normas Regulamentadoras que envolvem a sócia, não há impedimentos no edital que proíbam o cumprimento de tais exigências. Quanto a especulações sobre relações de parentesco, não foram apresentadas provas concretas e tais alegações não têm fundamento legal;

v) a mudança na razão social da empresa não configura irregularidade. Empresas podem prestar serviços umas às outras e, caso se tornem concorrentes, isso não deve ser considerado um impeditivo. A legislação garante que cada empresa tem personalidade jurídica própria, permitindo interações comerciais sem restrições;

vi) o processo licitatório é uma expectativa de direito, onde os concorrentes só tomam conhecimento de todos os participantes ao final da fase de lances. As empresas que já prestaram serviços umas às outras podem concorrer em um mesmo certame, e a interposição de recursos baseada em especulações infundadas não é aceitável.

Por fim, afirma que cumpriu com todos os requisitos estabelecidos no edital e não há provas que sustentem as alegações recorrente, requerendo que o recurso interposto seja negado, mantendo a habilitação da empresa conforme decisão do Sr. Pregoeiro.

I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

O Pregoeiro conheceu do recurso, aduzindo que avaliou os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida como satisfatórios, não tendo sido considerada necessária a comprovação adicional por meio de contratos ou notas fiscais relacionadas aos serviços mencionados. Não obstante, afirma que, se a Secretaria solicitante desejar realizar diligência, essa poderá ser feita.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Afirma que as NRs são disposições complementares que visam garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, conforme estabelecido no Capítulo V da CLT, bem como que a exigência de cumprimento das NRs cabe ao empregador ou a funcionários com vínculo direto à empresa, e não exclusivamente ao engenheiro responsável.

Acrescenta que, de acordo com o artigo 83, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação é exigida apenas do licitante vencedor, exceto em casos onde a fase de habilitação anteceda a de julgamento. Assim, a documentação deve ser apresentada na data da convocação, sem irregularidades em relação à assinatura de contratos após o início do certame.

Alega que a recorrente não apresentou provas da suposta relação de parentesco entre sócios da Ativa Comércio e Estruturas Ltda. e da AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. e, ainda que tal relação existisse, não há restrições legais quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios relacionados, pois a emissão de atestados de prestação de serviços entre essas empresas não representa ilegalidade.

Por fim, recomenda que as razões e contrarrazões recursais sejam submetidas aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, assim como aos pronunciamentos técnicos do setor requisitante e, após, sugere o encaminhamento do processo à Procuradoria Geral do Município.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:



I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.5 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro se manifestou acerca do recurso, solicitando manifestação jurídica quanto às ponderações e explanações postas nas razões e contrarrazões.

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade, os quais serão abordados a seguir.

II.1. Da Qualificação Técnica

A recorrente alega que a recorrida apresentou documentação que não comprova adequadamente sua capacitação técnica, pois os atestados são considerados muito sucintos para a complexidade do objeto licitado, solicitado que sejam apresentadas notas fiscais para verificar a atividade realizada.

Afirma, ainda, que há incertezas sobre a execução de serviços anteriores, já que os atestados apresentados são de períodos retroativos, mas os profissionais contratados são recentes, questionando a supervisão técnica desses serviços.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A exigência de qualificação técnico-profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, sendo mais comum em obras e serviços de engenharia.

Já a comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante (empresa) de executar o objeto licitatório.

Conforme Marçal Justen Filho¹:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".

Conclui-se, portanto, que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica tem por finalidade a comprovação de que a licitante possui experiência anterior no fornecimento/prestação de serviço similar, ou seja, já forneceu bem ou prestou serviço semelhante a outra empresa ou órgão de forma satisfatória, de forma a assegurar à Administração Pública que empresa executará o objeto licitado.

¹<https://www.migalhas.com.br/depeso/369406/os-limites-para-a-exigencia-de-capacidade-tecnica-operacional>

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

O Tribunal de Contas da União² (TCU) possui jurisprudência consolidada, ressaltando a importância de não confundir a capacidade técnico-operacional, que é inerente à empresa, com a capacidade técnico-profissional, que se refere aos profissionais responsáveis, alertando que a comprovação da qualificação de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional está vinculado, seja como prestador de serviços ou sócio, podendo comprometer a qualidade da execução contratual, conforme destaca o Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário:

23. Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida.

O Edital do Pregão Eletrônico em comento inseriu as exigências relativas à qualificação técnica no item 18, veja-se:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 - *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

18.2 - *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

18.2.1 – *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.*

18.2.2 - *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

18.2.3 - *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela*

² Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.3 Ser empresa apta a atuar no ramo de Instalação e Manutenção elétrica, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividades Econômica (CNAE).

18.4 Certificado de Registro do profissional do responsável técnico (Engenheiro Civil e Eletricista) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme Art. 6º e Art. 8º, inciso II da Resolução nº 336/1989 do CONFEA, válido;

18.5 Comprovação do vínculo do responsável técnico indicado com a empresa licitante;

18.6 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 – Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.

O subitem 18.1 diz respeito à capacidade técnico-operacional. O Pregoeiro afirma que avaliou os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida como satisfatórios, não tendo sido considerada necessária a comprovação adicional por meio de contratos ou notas fiscais relacionadas aos serviços mencionados.

Os subitens 18.4 e 18.5 se referem à capacidade técnico-profissional, tendo sido exigidos tão somente o certificado de registro do profissional do responsável técnico junto ao CREA e a comprovação do seu vínculo com a empresa licitante, ou seja, não foi exigida Certidão de Acervo Técnico, que representa o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações, devendo ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição ainda maior à

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

competitividade, sendo certo que é de atribuição exclusiva da Secretaria requisitante a definição das exigências técnicas necessárias e indispensáveis ao objeto licitado.

Não obstante, cabe ao Pregoeiro a condução do certame, com o julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, bem como decisão acerca do recurso, devendo, portanto, motivar a decisão consoante seu entendimento sobre o tema.

A Lei nº 14.133/2021 dispõe acerca das condutas a serem praticadas nas fases de julgamento e habilitação:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Como se pode ver, com a introdução do art. 64 pela Nova Lei de Licitações, foi inserida a possibilidade de apresentação de novos documentos, em sede de diligência, que atestem a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, segundo interpretação dada pelo TCU.

Ademais, o edital, em seu subitem 18.2.3, dispõe que “O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos”.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Portanto, considerando que o Pregoeiro afirmou que a recorrida comprovou que possui capacidade técnica, e considerando a ausência de expertise desta especializada para analisar se os atestados apresentados atendem às exigências editalícias, cabe à Secretaria requisitante avaliar a necessidade ou não de realização de diligência e apresentação de novos documentos pela recorrida.

II.2. Das Normas Regulamentadoras (NRs)

Alega a recorrente que as Normas Regulamentadoras (NRs) exigidas referem-se à qualificação do técnico vinculado à empresa e não dos sócios, mas as NRs apresentadas são dos sócios.

O Pregoeiro afirma que as NRs são disposições complementares que visam garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, conforme estabelecido no Capítulo V da CLT, cuja exigência de cumprimento cabe ao empregador ou a funcionários com vínculo direto à empresa, e não exclusivamente ao engenheiro responsável.

Em pesquisa sobre o tema, verifica-se que as Normas Regulamentadoras (NRs) são orientações trabalhistas sobre procedimentos obrigatórios relacionados à saúde e à segurança do empregado, com o objetivo de prevenir acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. Veja-se o disposto na CLT sobre o tema:

Art. 157 – Cabe às empresas:

- I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;*
- II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;*
- III – adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;*
- IV – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.*

Art. 158 – Cabe aos empregados:

- I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;*
- II – colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.*

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Todas as empresas que possuem empregados sob o regime da CLT devem seguir as Normas Regulamentadoras. Isso inclui empresas privadas e públicas, órgãos públicos da administração direta e indireta e também os órgãos dos poderes legislativo e judiciário.

O trabalhador desempenha um papel fundamental na implementação das Normas Regulamentadoras (NRs), uma vez que é o principal beneficiário das medidas de segurança, sendo necessário que o trabalhador esteja ciente das normas de segurança e saiba como aplicá-las em sua rotina de trabalho.

Os “treinamentos normativos” são capacitações obrigatórias previstas pelas Normas Regulamentadoras (NRs) e que todas as empresas devem fornecer aos seus funcionários, a fim de garantir o cumprimento de instruções e procedimentos que asseguram a segurança e saúde ocupacional, dependendo da função exercida ou do segmento de atuação da organização. Há algumas NRs que deixam claro a obrigatoriedade das empresas fornecerem os cursos³.

A fiscalização do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e Superintendências Regionais, visando verificar se as empresas estão cumprindo as normas de segurança e as condições de trabalho padrão. O descumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) pode gerar diversas consequências para as empresas, desde multas até ações trabalhistas. Em casos mais graves, pode até mesmo ocorrer a interdição do local de trabalho.

Assim, em princípio, as NRs seriam de responsabilidade da empresa, e não dos profissionais vinculados a ela.

O Edital em questão estabeleceu no subitem 18.6 as seguintes exigências:

18.6 Apresentar certificado NR 04 – Serviços especializados em Engenharia de Segurança, NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidente, NR 06 –

³ NR-1 – DISPOSIÇÕES GERAIS (subitem 1.7.1), NR 5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (subitem 5.7.1) e NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (subitem 10.8.3.1).



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Equipamento de proteção individual, NR 10 – Segurança e instalações e serviços em eletricidade, NR 11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR 23 – Proteção contra incêndio, NR 35 – Trabalho em altura.

Segundo as regras da NR 04, as organizações são obrigadas a formar suas equipes de SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) com o objetivo de promover a saúde e proteger a integridade dos funcionários no ambiente de trabalho.

A NR 05 é uma norma que define os requisitos e parâmetros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), tendo por objetivo prevenir doenças e acidentes relacionados ao trabalho, promovendo a saúde e a vida dos trabalhadores, sendo obrigatória para a maioria das empresas. A CIPA é um órgão interno das empresas que tem como responsabilidade prevenir acidentes de trabalho e doenças relacionadas, e a sua formação é obrigatória para empresas com mais de 20 funcionários.

A NR 06 estabelece requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de EPIs. Suas regras se aplicam tanto aos trabalhadores que utilizam os equipamentos, quanto às construtoras e empresas que os adquirem e aos fabricantes e importadores desses produtos.

A Norma Regulamentadora NR-10 tem como principal objetivo estabelecer requisitos e condições mínimas de segurança para todas as atividades que expõem o trabalhador ao risco envolvendo energia elétrica, sendo certo que as empresas que descumprirem as obrigações previstas pela norma estão sujeitas a multas e penalizações. Além disso, a NR-10 também prevê que os colaboradores que trabalham nestas condições devem, obrigatoriamente, receber um treinamento sobre as disposições de segurança e prevenção, sendo que deve ocorrer uma atualização deste treinamento, no mínimo, a cada 2 anos.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

A norma NR 11 reúne uma série de medidas que buscam orientar tanto os empregadores como os empregados sobre sua atuação diante do transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de material. Cada item tem normas específicas, sempre focando na preservação da saúde física do colaborador e na criação de um ambiente seguro para evitar acidentes. Todos os trabalhadores envolvidos na movimentação de materiais devem ser devidamente treinados e capacitados para operar os equipamentos de forma segura. Assim, a norma regulamentadora exige que os operadores sejam habilitados e periodicamente reavaliados.

A NR 12 é uma norma regulamentadora define parâmetros técnicos e normas a serem seguidas para a proteção no uso de máquinas e equipamentos a fim de prevenir acidentes e doenças no uso de máquinas. As primeiras medidas exigidas pela NR 12 dizem respeito à proteção coletiva, ou seja, aquelas que consistem na implantação de salvaguardas físicas permanentes em áreas de risco, como o fechamento do sistema de acionamento com correias e polias e a verificação do circuito de parada de emergência. Já as medidas administrativas são tomadas para manter o sistema de segurança e as medidas de segurança funcionando. Portanto, é necessário treinar os funcionários, cujo treinamento deve ser realizado de forma regular e devidamente registrada, levando em consideração os procedimentos internos e os riscos operacionais.

A NR 23 traz orientações específicas de proteção contra incêndios. Ela tem por objetivo guiar as empresas sobre o que elas precisam fazer, quais tipos de instalações realizar e melhores práticas de trabalho para prevenir ou conter situações de fogo. Estabelece que é obrigação de toda empresa dispor de mecanismos de proteção contra incêndio; dispor de saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio; equipamento suficiente para combater o fogo em seu início; e pessoas treinadas para usar bem os equipamentos de prevenção e contenção de incêndios.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Por fim, a NR 35 estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade, cabendo à empresa, dentre outras responsabilidades, garantir a implementação das medidas de prevenção estabelecidas na NR, e ao trabalhador cumprir as disposições previstas. O cumprimento da NR 35, portanto, deve partir tanto de empregadores, como empregados. A própria NR 35 estipula quais são as obrigações de ambos os lados, para garantir que todos os requisitos estão sendo cumpridos da maneira correta. Além disso, a NR 35 exige que o trabalho em altura só seja realizado por profissionais capacitados. Logo, o treinamento passa a ser uma obrigação a todos os profissionais da área.

Conforme se verifica, as normas regulamentadoras são de observação obrigatória pelas empresas, que são fiscalizadas pelo MTE, podendo, em caso de irregularidades, sofrer autuações, multas, paralisação das atividades e interdição do estabelecimento, dentre outras medidas sancionatórias pelo descumprimento das normas.

Sendo assim, salvo melhor juízo, a aferição do cumprimento das normas regulamentadoras nos certames licitatórios é feita em relação à empresa licitante, muito embora as empresas tenham obrigação de oferecer treinamento aos funcionários e determinadas atividades sejam de exercício obrigatório por profissionais especificamente treinados. Por óbvio, eventual profissional contratado para executar o serviço deve ter o treinamento necessário, em observância às referidas normas.

Considerando, no entanto, a ausência de expertise desta especializada jurídica acerca da definição do objeto e exigências técnicas necessárias, cabe à Secretaria requisitante se manifestar sobre tais exigências, *i.e.*, se as mesmas devem ser apresentadas apenas pelas empresas licitantes ou se devem ser apresentadas também pelos profissionais que executarão as atividades.

Não obstante, caso a Secretaria tenha dúvida, sugere-se a obtenção de informação junto ao setor de medicina do trabalho para melhor elucidar a questão.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

II.3. Do Contrato de Prestação de Serviços

Alega a recorrente que o contrato com o engenheiro responsável foi assinado após o início do certame, indicando que a empresa pode ter se habilitado sem ter todas as documentações necessárias, levantando dúvidas sobre a lisura do processo, eis que o edital exige que a documentação de habilitação esteja completa antes do início do certame, e a falta de cumprimento pode levar à inabilitação da empresa.

O Pregoeiro afirma que, de acordo com o artigo 63, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação é exigida apenas do licitante vencedor, exceto em casos onde a fase de habilitação anteceda a de julgamento. Assim, a documentação deve ser apresentada na data da convocação, sem irregularidades em relação à assinatura de contratos após o início do certame.

De fato, o artigo 63, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 prevê que a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, portanto, não há qualquer impedimento à apresentação de contrato de prestação de serviços na data da convocação para apresentação dos documentos de habilitação:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

A exigência de comprovação do vínculo do responsável técnico indicado com a empresa licitante foi prevista no subitem 18.5 do Edital:

18.5 Comprovação do vínculo do responsável técnico indicado com a empresa licitante;

Trata-se de exigência relativa à qualificação técnico-profissional, prevista no art. 67 da Lei n. 14.133/2021:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

(...)

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Note-se que os profissionais indicados deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida, inclusive, a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme se verifica do teor do § 6º.

O TCU já se manifestou no sentido de ser vedada a exigência de que a licitante tenha em seu quadro de pessoal, no momento do certame, profissional com qualificação técnica para a execução do objeto a ser contratado ou certidão que comprove o tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços:

É vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, como a exigência que a licitante tenha em seu quadro de pessoal, no momento do certame, profissional com qualificação técnica para a execução do objeto a ser contratado, bem como certidão que comprove o tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços⁴.

⁴ Acórdão 526/2013-Plenário



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Ademais, a Corte Federal de Contas entende que a disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado⁵:

ACÓRDÃO 529/2018 - PLENÁRIO

9.3.2. em caso de exigência de certificação profissional, devidamente justificada, evidenciar a inserção de cláusula prevendo a possibilidade de que, na fase de habilitação, as empresas apresentem declaração de disponibilidade do profissional, exigindo-se a comprovação do vínculo empregatício ou contratual apenas quando da assinatura do contrato;

A Lei 14.133/2021, recepcionando entendimento tecido pelo Tribunal de Contas da União sob a égide da Lei 8.666/1993, não requer que o profissional apresentado possua, nessa ocasião, qualquer vínculo com o licitante, exigindo, porém, que participe da execução do objeto na hipótese de o licitante se sagrar vencedor do certame e admite a sua substituição por outro de capacidade equivalente ou superior (§ 6º do art. 67).

Logo, considerando que a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas pelo licitante vencedor, ou seja, após a apresentação e julgamento das propostas, na fase de habilitação, considerando o entendimento do TCU sobre o tema, e considerando que o licitante pode substituir os profissionais indicados posteriormente, conclui-se que não há óbice na apresentação de contrato de prestação de serviços na data da convocação para apresentação dos documentos de habilitação.

II.4. Da Suposta Relação de Parentesco entre Sócios da Ativa Comércio e Estruturas Ltda. e da AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.

⁵https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A529%2520ANOACORDAO%253A2018%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

Alega a recorrente que há coincidências que vinculam as empresas *Ativa Comercio Estruturas Ltda.* e *Ac Gestao, Planejamento e Servicos Ltda.*, devendo ser apurada a existência de grau de parentesco ou proximidade que comprometa a legitimidade do certame.

O Pregoeiro afirma que a recorrente não apresentou provas da suposta relação de parentesco entre sócios da Ativa Comércio e Estruturas Ltda. e da AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. e, ainda que tal relação existisse, não há restrições legais quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios relacionados, pois a emissão de atestados de prestação de serviços entre essas empresas não representa ilegalidade.

Pois bem. Quanto à restrição de participação de empresas do mesmo grupo econômico, o edital assim dispõe:

4.1.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.1.3.1 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

Há, portanto, vedação de apresentação de mais de uma proposta de preços em caso de empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, não sendo de atribuição desta pasta jurídica a verificação de tal condição entre as empresas Ativa Comércio e Estruturas Ltda. e da AC Gestão, Planejamento e Serviços Ltda.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no sentido de que a participação de sociedades coligadas em um mesmo certame licitatório, por si só, não é considerada um ato ilícito (Acórdão 1539/2014-TCU-Plenário):

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

*A participação de sociedades coligadas em um mesmo certame licitatório, por si só, não é considerada um ato ilícito. A participação de empresas pertencentes a sócios comuns **pode ser considerada regular, se atuarem de forma independente, sem arranjos que possam macular a competitividade do certame.***

Recentemente, através do Acórdão 1798/2024-Plenário, concluiu que a participação de empresas com sócios parentes em licitações públicas não é automaticamente ilegal, mas pode caracterizar fraude à licitação se houver a presença de outros indícios:

*A participação, no mesmo certame licitatório, de empresas cujos sócios possuam relação de parentesco, por si só, não constitui irregularidade. **Todavia, a confluência de outros indícios — como a designação de procuradores e contador em comum, o compartilhamento de imóvel e de números de telefone, o uso do mesmo endereço de IP para o envio de propostas e lances — pode caracterizar fraude à licitação e, por consequência, levar à declaração de inidoneidade das empresas envolvidas (art. 46 da Lei 8.443/1992).***

Destarte, caso o Pregoeiro entenda pela existência de indícios de irregularidades, recomenda-se que a documentação das empresas citadas pela recorrente seja analisada a fim de afastar eventual caracterização de fraude à licitação.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade** para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, **à Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências de sua alçada.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 04 de novembro 2024.

Layne de Andrade Alves
Subprocuradora de Processos Administrativos
Matrícula: 63.736



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**SECRETARIA
DE TURISMO E
MARKETING**

Processo Administrativo Eletrônico nº: 33.665/2024

Prezados,

Considerando a manifestação do Pregoeiro e o relatório elaborado pela Procuradoria Municipal, bem como as diretrizes contidas no Edital sobre o recurso interposto pela empresa M4 Produções e Serviços Ltda., entendo que a decisão do Pregoeiro em aceitar e habilitar a empresa A C Gestão, Planejamento e Serviços Ltda. deve ser mantida, vez que a decisão está tecnicamente fundamentada conforme os termos do Edital e a legislação vigente.

Dessa forma, opino pela improcedência do recurso.

Renan da Silva Alves
Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Mat.: 062.790





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024.

Processo Licitatório nº: 4.980/2024

Processo Recurso nº: 033.665/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.119/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 40.192.143/0001-67, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 033.665/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 17/10/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 4.980/2024, a empresa M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 12.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que seria necessária a solicitação de diligência acerca de documentações apresentadas pela recorrida que seriam incapazes de oferecer a devida comprovação de capacitação técnica, pois haveria uma possível relação de parentesco entre os sócios da empresa ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS e a AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, os contratos apresentados teriam sido assinados com data posterior ao início do pregão e a vencedora já teria utilizado o nome fantasia ATIVA COMÉRCIOS E ESTRUTURAS anteriormente.

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) que seja realizada diligência nos atestados de capacidade técnica, com a devida comprovação contratual e de notas fiscais relacionados aos serviços mencionados e ao período cronológico satisfatório;
- b) que seja esclarecido se os serviços anteriormente atestados foram realizados com as devidas supervisões e assinaturas de técnicos responsáveis, sendo declarada inabilitada a empresa por falta de quaisquer esclarecimentos e comprovações que se fizerem necessárias;



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

- c) que seja esclarecido pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro e pela respeitável comissão técnica a habilitação da empresa com as NRs registradas em nome do quadro societário e não do quadro técnico da empresa, visto que a capacidade técnica é do técnico e não do Sócio, sendo declarada a empresa inabilitada se assim for melhor avaliado pela comissão e pelo Excelentíssimo Sr. Pregoeiro;
- d) que seja decretada a assinatura contratual atemporal e declarada a empresa inabilitada por falta de comprovações técnicas devidas;
- e) que sejam apuradas as coincidências que vinculam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, para que seja comprovado ou não a existência de grau de parentesco ou proximidade que comprometa a legitimidade do certame;
- f) que sejam enviados a todos os órgãos e tribunais competentes a cópia do processo em caso de constatação de algum tipo de má fé ou de ludibriação do ato público do certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA alega que:

- a) sobre o contrato assinado após o início do Pregão, não existiria qualquer irregularidade, tendo em vista que o edital exige que a documentação seja apresentada no momento da habilitação;
- b) não haveria qualquer óbice para os engenheiros terem realizado a assinatura do contrato de prestação de serviço após o início do certame, tendo em vista



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

- que o edital não prevê a necessidade de um profissional em momento anterior ao certame;
- c) quanto às Normas Regulamentadoras em favor da sócia, não haveria qualquer impedimento no edital;
 - d) a recorrente não teria apresentado qualquer prova acerca da possível relação de parentesco entre os sócios da ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, e mesmo que houvesse, não existiria vedação legal no ordenamento jurídico quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco;
 - e) a recorrida, durante seus longos anos no mercado, já teria alterado sua razão social para ATIVA, assim como diversas outras empresas brasileiras, inexistindo qualquer relação entre elas simplesmente por apresentarem nomes em comum;
 - f) seria facultado a toda e qualquer empresa a prestação de serviços umas às outras e fornecimento de atestados de capacidade pelos serviços prestados, e caso se tornassem concorrentes em determinado momento em um certame licitatório, não poderia esta relação empresarial se tornar óbice para disputa do pregão.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida, a comissão de pregão avaliou como satisfatórios, não havendo a necessidade de comprovação contratual e de notas fiscais relacionados aos serviços mencionados. No entanto, caso a Secretaria solicitante ache por bem requerer a diligência, a mesma poderá ser realizada.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

No tocante às Normas Regulamentadoras (NR), oportuno ressaltar que tratam-se de disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. Desta forma, a exigência das NRS não pode ser atribuída ao engenheiro, mas a funcionário ou pessoa com vínculo direto com a empresa.

Quanto à assinatura do contrato após o início do Pregão, corroboramos o entendimento da recorrida de que não haveria qualquer irregularidade, tendo em vista o art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021, o qual dispõe que "será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento". Considerando o que traz a legislação, a documentação deve ser apresentada apenas quando convocada, sendo essa a data a ser respeitada.

Em relação à assinatura do contrato de prestação de serviço dos engenheiros após o início do certame, vejamos o que diz o Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário, resumido nos seguintes termos:

É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas.

Quanto às suspeitas que vinculariam as empresas ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, a recorrente não apresentou qualquer prova acerca da possível relação de



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 033.665/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Comissão de Pregão I

parentesco entre os sócios da ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA e AC GESTAO, PLANEJAMENTO E SERVICOS LTDA, e mesmo que houvesse, inexistência legal no ordenamento jurídico quanto à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, não representando, salvo melhor juízo, ilegalidade a emissão de um atestado de prestação de serviços entre as empresas.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões e contrarrazões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do presente Recurso interposto pela empresa M4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90.119/2024, e subsidiado pela manifestação da Procuradoria Geral do Município (fls. 35 a 55) e Secretaria Municipal de Turismo (fl. 56), no mérito, NEGOU PROVIMENTO, permanecendo a decisão anteriormente proferida.

Nova Friburgo, 06 de novembro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934